



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS
-LICENCIATURA-**

GISELLE MARIA DOS SANTOS

**O CICLO DA ESCOLA DO CAMPO:
DA ABERTURA AO FECHAMENTO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL
CLEUSA LOPES BUENO LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

LARANJEIRAS DO SUL-PR

2017

GISELLE MARIA DOS SANTOS

**O CICLO DA ESCOLA DO CAMPO:
DA ABERTURA AO FECHAMENTO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL
CLEUSA LOPES BUENO LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU-PR**

Trabalho de conclusão de Curso submetido à Universidade Federal da Fronteira Sul como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Humanas e Sociais. Sob a orientação da Professora Dra. Katia Aparecida Seganfredo.

LARANJEIRAS DO SUL

2017



GISELLE MARIA DOS SANTOS

O CICLO DA ESCOLA DO CAMPO: da abertura ao fechamento da Escola Rural
Municipal Cleusa Lopes Bueno, localizada no Assentamento Celso Furtado
município de Quedas do Iguaçu/PR

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do
grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas
– Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientadora: Prof^a. Katia Aparecida Seganfredo

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/11/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª. Dra. Katia Aparecida Seganfredo

Prof. Me. Fábio Pontarolo

Prof.ª. Ma. Luizangela Padilha Pontarolo

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Santos, Giselle Maria dos
O CICLO DA ESCOLA DO CAMPO: DA ABERTURA AO
FECHAMENTO DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL CLEUSA LOPES BUENO
LOCALIZADA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO NO MUNICÍPIO DE
QUEDAS DO IGUAÇU-PR/ Giselle Maria dos Santos. -- 2017.
67 f.:il.

Orientadora: Kátia Aparecida Seganfredo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em educação do campo: ciências sociais e
humanas , Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

1. Educação. 2. Educação do Campo. 3. Fechamento da
Escola Do Campo. I. Seganfredo, Kátia Aparecida, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus. A minha mãe, Ione Aparecida dos Santos, meu Pai Orlando Antônio dos Santos, que sempre estiveram do meu lado, ajudando, me incentivando e direcionando aos estudos, assim como todos meus familiares em especial a minha irmã e amiga Márcia Rosa Soares Pereira, companheira de quarto durante todo o curso, onde sempre com sua iniciativa me direcionou ao conhecimento, onde consegui me formar no magistério e agora nesse curso que tanto me realiza como profissional, ao meu filho Pedro Henrique Simões, que em todos os momentos meu pensamento era melhorar nossa qualidade de vida e principalmente mostrar um mundo de aprendizado e conhecimento, procurei sempre ser um exemplo na persistência aos estudos.

Aos amigos adquiridos durante o curso, que de alguma forma ou de outra sempre estiveram dispostos a ajudar, amigas que davam conselhos e que levarei sempre comigo, Andreia Lima, Karoline Bueno, Vanessa Dutra, Rose Riepe, Viviane Duarte Pereira e Fabiana Gonçalves, obrigada pela paciência.

Agradeço a Marcelaine Reguelin, amiga, que de uma forma muito especial me ajudou a ingressar no curso de licenciatura em Educação do Campo e que durante todo o trajeto sempre se manteve a disposição em ajudar no que fosse preciso, meu muito obrigado.

Aos professores que atuam no curso interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências sociais e Humanas, da Universidade Federal da Fronteira Sul, no campus de Laranjeiras do Sul, que foram solidários, amigos, que propiciaram momentos de discussão, ampliaram nossos conhecimentos, ouviram nossas angústias, mas que acima de tudo, construíram conosco o conhecimento, obrigada pela dedicação: Ana Cristina Hammel, Paulo Han, Cristiano Augusto Durat, Elomar do Nascimento Cezimbra, Andrea Batista, Alex Verdério, Luís Carlos de Freitas, Deise Maria Bourscheidt, Siomara Aparecida Marques, Patrícia Guerrero, Luciana Henrique da Silva, Fabio Luiz Zeneratt, Fabio Pontarolo, Luizangela Padilha Pontarolo, Evandro Bilibio, Roberto Antônio

Finatto, Paola Beatriz Sanches, Felipe Monteiro, Priscila Ferreira, Betina Muelbert, em especial a minha orientadora Katia Seganfredo, que me incentivou muito e que sua dedicação foi de grande valor para mim, obrigada por não desistir de mim e pelo seu carinho.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo pesquisar o ciclo da escola do campo: Da abertura ao fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno localizada no Assentamento Celso Furtado no Município de Quedas do Iguaçu-PR, na região centro oeste do Paraná. O fechamento de escolas do campo é um tema complexo de ser discutido, contudo é algo que não foge da realidade das famílias que moram no campo. O processo de fechamento é particular de cada escola, tendo um dos maiores motivos a falta de demanda para que a escola continue funcionando. Entendendo a educação no e do campo enquanto direito, a perspectiva da Educação do Campo compreende a escola como essencial no processo formativo. Partindo dessa compreensão, a Educação do Campo Objetiva atender as necessidades da população do campo, mostrando que é possível ter uma Educação de qualidade, voltada para a realidade e principalmente no local onde o educando vive. A metodologia foi realizada através de entrevistas e análises de documentos, relacionados ao processo construção, funcionamento e de fechamento da Escola. A realização das entrevistas é analisar a constituição do assentamento e do fechamento da escola. Foram entrevistadas pessoas que participaram do processo de constituição do assentamento e do fechamento da escola. No primeiro capítulo abordamos o processo de estruturação do Assentamento onde a escola está localizada, no segundo capítulo tratamos da legislação pertinentes ao fechamento das escolas localizadas no campo e pôr fim, a análise dos dados relacionados ao processo de fechamento da escola.

Palavras-chaves: Educação. Educação do Campo. Fechamento da Escola do Campo.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate the cycle of the rural school: From the opening to the closing of the Cleusa Lopes Bueno Municipal Rural School located in the Celso Furtado settlement in the municipality of Quedas do Iguaçu-PR, in the central western region of Paraná. The closure of rural schools is a complex subject to be discussed, yet it is something that does not escape the reality of families living in the countryside. The closure process is particular to each school, one of the biggest reasons being the lack of demand for the school to continue working. Understanding education in the field and the field as law, the field education perspective understands the school as essential in the training process. Based on this understanding, the Objective Field Education meets the needs of the rural population, showing that it is possible to have a quality education, focused on reality and especially where the learner lives. The methodology was carried out through interviews and analysis of documents, related to the construction, operation and closing process of the School. Conducting the interviews is analyzing the constitution of the settlement and the closure of the school. We interviewed people who participated in the process of establishing the settlement and closing the school. In the first chapter, we discuss the process of structuring the settlement where the school is located, in the second chapter we deal with the legislation pertinent to the closure of the schools located in the field and end the analysis of data related to the process of closing the school.

Keywords: education. field education. Closing of the School of the Field.

LISTA DE IMAGENS

Imagem I – Alunos embelezando a escola: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	40
Imagem II – Comemoração Natalina para os alunos: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	43
Imagem III – Confraternização Natalina com os alunos: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	45
Imagem IV – Horta construída para o consumo da própria escola pelos professores, coordenadores e pais da comunidade Nova União: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	46
Imagem V – colaborador trabalhando na Horta da escola: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	-----47
Imagem VI – Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno (Frente da escola) -	50
Imagem VII – Crianças aprendendo de forma lúdica, com materiais construídos pelos professores, turma da professora Márcia Rosa Soares Pereira: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	52
Imagem VIII – sala dos professores: Escola Rural Cleusa Lopes Bueno-----	53
Imagem IX – sala de aula: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno-----	55

LISTA DE SIGLAS

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTES - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MSPdoC - Movimentos Sociais Populares do Campo

ACAPE - Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná

EJA - Educação de Jovens e Adultos

APMF- Associação de Pais, Mestres e Funcionários

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO12

2. CAPITULO 119

**PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO
FURTADO**19

3. CAPITULO 2.33

**O FECHAMENTO DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO E A
LEGISLAÇÃO**.33

4. CAPITULO 3.37

**A TRAJETÓRIA DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL CLEUSA LOPES
BUENO**.37

3.1 O fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno47

3.2 A estrutura da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno nos dias
atuais51

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 56

6. ANEXOS57

REFERÊNCIAS..... 66

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo visa analisar a trajetória da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, desde a sua criação até seu fechamento. A escola localiza-se no Assentamento Celso Furtado, no Município de Quedas do Iguaçu-PR.

O Assentamento Celso Furtado foi criado no ano de 2005, assentando as famílias nas áreas denominadas silo¹ e bacia² depois de seis anos de acampamento³, assim devido à necessidade dos assentados, foi construído dez escolas municipais, e seis dessas escolas já foram fechadas, sendo elas a Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, na comunidade da Nova União (silo), onde encerrou seus trabalhos no final do ano letivo de 2013. A Escola Rural Municipal Vagner Lopes (bacia) na comunidade Nova Esperança, encerrou seus trabalhos em meados do ano letivo de 2014, tendo seus alunos e os docentes foram remanejados para a Escola Rural Municipal Janete dos Santos (bacia), a Escola Rural Municipal 12 de julho, que se localiza na comunidade 12 Julho (silo), cessou seus trabalhos no final do ano letivo de 2015 e, a Escola Rural Municipal Construindo o Futuro (bacia) na comunidade Palmital, onde encerrou seus trabalhos em meados do ano letivo de 2015.

A Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues na comunidade Campo novo (bacia), encerrou seus trabalhos em meados do ano letivo de 2016, tendo seus alunos e corpo docente remanejados para a Escola Roseli Nunes (silo); e a

1 Silo: Nome designado para o local do acampamento denominado José Abílio dos Santos, em Quedas do Iguaçu.

2 Bacia: Nome designado para o local do acampamento denominado Dez de Maio, em Quedas do Iguaçu. Esclarecemos que eram, portanto, dois acampamentos e quando ocorre a posse da terra, as famílias que constituíam os dois acampamentos supracitados, passam a residir na área comum denominada Assentamento Celso Furtado.

3 Acampamento: é uma estrutura constituída por inúmeros barracos, geralmente de lona preta, que serve de abrigo para cada uma das famílias mobilizadas em luta pela terra. “Um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária”. (Fernandes, p. 23, 2012).

Escola Rural Municipal Bela Vista (Bacia), localizada na comunidade Nossa Senhora Aparecida, que encerrou seus trabalhos no final do ano de 2016.

A pesquisa aborda o processo de constituição do Assentamento, onde a escola pesquisada está inserida, a legislação pertinente a Educação do Campo enquanto direito e como ela se contrapõe no fechamento das escolas localizadas no campo e as consequências do fechamento da escola para as famílias do assentamento e assim, encontrar as causas e as justificativas para que essa escola tenha encerrado seus trabalhos.

A pesquisa desenvolveu-se a partir de análise de documentos, como fotografias, lei municipal e resoluções relacionados ao processo de construção, funcionamento e ao fechamento da escola.

A realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram o processo de acampamento e de estruturação do Assentamento contribuíram com esse trabalho, pois as informações guardadas em suas memórias marcam um rico conhecimento do tema pesquisado, fazendo assim qualquer leitor entender como foi o início de tudo, as lutas frequentes e as vitórias alcançadas.

A metodologia utilizada na pesquisa também contou com entrevistas. Entrevistamos uma liderança do acampamento que continuou atuante mesmo após a estruturação do Assentamento. Uma moradora da comunidade Nova União, que também foi a caseira da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, junto com seu esposo e suas duas filhas, e uma professora e moradora do Assentamento, que trabalhou na escola quando estava ativa e continuou atuando na Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, também inserida no Assentamento Celso Furtado.

Explicitamos abaixo os sujeitos entrevistados e seu vínculo com o objeto da pesquisa:

Entrevistado/a	Justificativa/vínculo com a pesquisa
Silvano Ribeiro	Militante do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, participou como liderança no processo de constituição do acampamento e do assentamento. É vereador no município de Quedas do Iguaçu.
Luciane Maraskin	Moradora do assentamento. Foi caseira na escola no período em que estava em funcionamento, auxiliava na limpeza e organização da escola.

Márcia Rosa Soares Pereira	Participou do processo de constituição do acampamento e do assentamento. Foi professora na escola pesquisada e continua residindo no assentamento e atuando como docente em escolas da comunidade.
----------------------------	--

A justificativa para a realização dessa pesquisa decorre do fato de ser militante. Minha vida de militante começa no exato dia 14 de abril de 2003, vindo da cidade de Foz do Iguaçu para a PR 158, entre os municípios de Laranjeiras do sul e Rio Bonito do Iguaçu, estava lá o acampamento e assim, naquela mesma noite minha família junto com mais 120 famílias foram para a fazenda “Soledor”, iniciando um novo ciclo para minha trajetória de vida.

O setor de educação do acampamento estava convidando pessoas com um pouco de estudo e força de vontade para lecionar e assim, fui convidada para dar aula em uma das turmas de EJA no acampamento, e que devido a isso os Educadores tinham como direito sair em busca de formação através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que era sempre oferecido de tempos em tempos, com muito esforço e dedicação consegui concluir o segundo ano do Ensino Médio e trabalhar como educadora. O terceiro ano do Ensino Médio conclui em 2008 já quando estávamos no Assentamento.

Com aproximadamente três anos de acampamento, minha família foi sorteada para adquirir um lote no Assentamento Celso Furtado, pois foi essa proposta desde o início, então, cerca de trinta famílias vinda do acampamento da “Soledor” foram assentadas no Assentamento Celso Furtado no ano de 2005, nossa comunidade era dos Orgânicos e a comunidade Nova União ficava próximo da comunidade onde eu residia.

Lembro também que meu Irmão mais velho lecionava nessa escola, pois ela era ainda itinerante e os educadores eram escolhidos pelos assentados e contratados pela ACAPE⁴. Um certo dia o ônibus que levaria até à escola, não veio, então meu irmão me convidou para ir até a Escola da comunidade Nova

4 ACAPE: Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná. Uma associação cooperativa vinculada ao MST, onde fizeram um convênio com o estado e que esse convênio durou aproximadamente dois anos, a ACAPE contratava os educadores para dar aulas no acampamento, mas que no início os educadores trabalhavam sem remuneração, depois veio esse convênio com a ACAPE onde ela remunerava esses educadores.

União e ajudar com as crianças, pois era perto e fomos andando, quando cheguei foi uma surpresa, uma escola bem precária de chão batido, rodeado de Madeirit, poucas carteiras. As crianças sempre dispostas a aprender, então fico sem entender, porque no início onde não havia estrutura, condições nenhuma e pouca ajuda das autoridades, funcionava uma escola? As crianças aprendiam, tinham vontade de aprender, ou seja, havia demanda, havia alunos interessados em estudar, além de ficar perto de suas moradias e de suas famílias, e mais tarde com uma estrutura um pouco mais adequada a escola foi fechada.

Entendemos que a Educação é um direito, mas tem que ser garantido com qualidade e voltado para a realidade.

Buscarei através das leis que asseguram esse direito e principalmente a Educação do Campo, mostrar sua importância, pois sabemos que não é qualquer educação, mas que apesar disso as escolas do campo continuam sendo fechadas e pouco se faz para que isso não ocorra, pois, alguns indivíduos ainda não sabem o poder e os direitos que os protegem, e que através da união e da organização ainda podem impedir que isso aconteça.

A partir de Molina e Sá (2012, p.326) os movimentos sociais camponeses protagonizam a Educação do campo, portanto, surge a partir das lutas sociais, resgatando a identidade do sujeito que vive no e do campo.

Portanto, a Educação do Campo vem ser um alicerce para o povo que vive e sobrevive no campo, resgatando valores e trazendo um novo jeito de ensinar e aprender.

De acordo com Roseli Salete Caldart⁵ a Educação do Campo nasceu para criticar a realidade da educação brasileira, tendo como principal foco à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo.

[...] A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc.). Portanto,

5 ROSELI SALETE CALDART é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenadora da Unidade de Educação superior do Instituto Técnico de capacitação e pesquisa da reforma Agrária (Iterra) e integrante do setor de Educação do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST).

pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais. (Souza, 2006).

A Educação do Campo vem se desenvolvendo através das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação. A Educação do Campo também valoriza os conhecimentos dos camponeses e foca no campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade e estudo, ou seja, como lugar da construção de novas possibilidades e de desenvolvimento sustentável sabendo que a diferença entre educação do campo e educação rural é a de que são dois mundos totalmente diferentes, tanto na forma de planejar como na de trabalhar.

A Educação do Campo, obtém um propósito de não se desligar da realidade que a produziu. Ao pensarmos sobre a Educação do Campo numa perspectiva geral percebemos que alguns movimentos aderiram essa forma de trabalhar com os educandos, visando sempre qualificar seus educadores, demonstrando interesse e respeito por esse povo.

Para Roseli Salette Caldart, a Educação do Campo, tem como objetivo defender os direitos e a qualidade de uma educação voltada para a realidade do camponês, tendo em vista sua forma metodológica de se inserir dentro das escolas como parte integrante de um povo que precisa ter acesso ao conhecimento.

Assim, se percebe que temos muito o que desenvolver a respeito da educação do campo, pois seu processo foi iniciado mas precisa ser concluído através do próprio conhecimento, focando sempre nos estudos e práticas pedagógicas, onde suas discussões possam trazer resultados positivos no contexto da própria realidade que a escola do campo vem oferecer, enquanto sujeito de um processo ampliado e qualificado pelos movimentos sociais.

Segundo Schmitz (2015), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos agricultores Sem Terra (MASTER), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC), entre outros, contribuíram sustentando as organizações das comunidades.

A Educação do Campo nasce a partir das necessidades, observando como principal foco a realidade, precisamente de questões da vida concreta, de pessoas concretas, especialmente as questões políticas e culturais dos povos assentados.

Trazemos na pesquisa a trajetória de constituição do Assentamento Celso Furtado localizado no município de Quedas do Iguaçu que surgiu no decorrer de um acampamento, onde as famílias tinham necessidade de Escolas nas comunidades, assim a Prefeitura Municipal começa a construção dessas Escolas no ano de 2007.

Em 2007 as escolas foram municipalizadas, mas ainda continuava com os professores da Escola Itinerante, junto com esse processo foi discutido a abertura de dez novas Escolas Municipais sendo elas Cleusa Lopes Bueno, Vagner Lopes, Sementes do Amanhã, 12 de Julho, Roseli Nunes, Luís Carlos Prestes, Antônio Rodrigues, Nossa Senhora Aparecida, Janete dos Santos e Construindo o Futuro, assim em 2008 a prefeitura viabilizou concurso e efetivou novos professores para atuarem nessas escolas.

[...]E foi através dessas lutas que nasceram dentro dos movimentos sociais do campo, mais especificamente nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), escolas que buscavam imprimir uma metodologia diferenciada e condizente com os anseios das lutas dos povos do campo, as escolas itinerantes (BREITENBACH, 2011, p. 119 e 120).

Refletindo sobre os processos dessas escolas, é possível perceber que algumas estão funcionando, enquanto outras foram fechadas. Segundo a administração municipal, a qual manifestou que o fechamento da escola se deveu a *“falta de demanda e um custo muito alto para manter uma escola aberta para poucos alunos”*. A partir destes motivos o secretário de Educação resolve fechar algumas escolas, sendo que a partir daí os alunos são remanejados para outras escolas nas comunidades mais próximas, desvinculando os alunos de sua realidade e mais distante de onde moram.

Hoje, a sociedade brasileira vive sobre o sistema capitalista, onde o campo infelizmente já foi atingido pelo agronegócio, tornado assim muito mais difícil para o camponês viver de sua pequena propriedade, mas que

podemos perceber que alguns movimentos vêm pautando várias questões para que isso modifique ou ao menos melhore, assim podemos construir um novo jeito de ensinar, buscando uma metodologia para interpretar a situação atual em que se encontra a Educação do Campo.

Neste contexto de luta pela terra e que não está descolado da luta pela educação, abordamos no primeiro capítulo, a constituição do assentamento Celso Furtado onde a escola pesquisada está inserida.

2. CAPITULO 1

PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

O Assentamento Celso Furtado foi uma área grilada⁶, pertencente à união, após adquirida pela família Giacomett Marondin. A produção destina-se a plantação de Araucária, Pinus e Eucalipto para fabricação de papel celulose e sua industrialização.

João Pedro Stédile (1997, p. 9), um dos grandes estudiosos da questão agrária, diz que o surgimento dos movimentos sociais se dá devido a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas, sendo assim esse processo inicia-se por volta de 1500, com a chegada dos Portugueses. De acordo com Stédile. “A primeira forma de distribuição de terras no Brasil, foi o sistema de capitânicas hereditárias”

Conforme Stédile (1997, p. 9), Dom Pedro II promulgou a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 - Lei de Terras que definiu a forma como seria constituída a propriedade privada da terra no Brasil.

“Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa”. (STÉDILE 1997, p. 9).

Assim, as famílias pobres, imigrantes e escravos, não conseguiam pagar o valor pela terra determinada pela coroa. Dessa forma, as capitânicas hereditárias originaram as sesmarias, resultando nos latifúndios e a Lei de Terras fortaleceu todo o processo de constituição e manutenção de grandes propriedades rurais na mão de poucos.

Em 1979, se reinicia a luta pela terra no sul do Brasil, com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. As ocupações que se espalharam por grande parte do território

6 Grilada: É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (em função dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueegrilagem> acesso em 01/12/2017.

Brasileiro, deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, que teve sua criação oficial, no ano de 1984, em um encontro ocorrido em Cascavel, no Estado do Paraná. Embora a conquista da terra seja o objetivo principal das famílias que fazem parte do MST, este movimento ampliou seus objetivos, e tem como uma de suas principais bandeiras: a luta pelo acesso à educação. (MONTEIRO, 2014, p. 7).

Devido as necessidades, muitas famílias observam o crescimento do Movimento e acabam se unindo para lutar, tanto pelo acesso à terra, quanto pela educação.

Nos anos de 1996-1997, a Reforma Agrária foi um tema bastante debatido em toda sociedade brasileira. Os meios de comunicação, embora com base em seu ponto de vista ideológico burguês, enfatizaram bastante a problemática agrária. Então como nesta época afluía o debate sobre a questão da terra, em 1997, o MST, realizou uma marcha nacional. De vários pontos do país, saíram grupos de sem-terra, em direção a Brasília, capital federal. Nas escolas, igrejas, sindicatos, universidades, os marchantes realizavam debates sobre os problemas sociais brasileiros, especialmente a questão agrária. (MONTEIRO, 2014, p. 9).

O MST da região Centro Oeste do Paraná, intensificou a luta pela terra, especialmente nos municípios de Rio Bonito e Saudades do Iguaçu. “Organizados pelo MST, os camponeses montaram dois acampamentos nas margens da PR-158”. (MONTEIRO 2001). Dando início ao um novo ciclo de luta e resistência. Realizando assim uma das maiores ocupações de terras da história do Brasil no ano de 1996, onde cerca de três mil famílias ocuparam um dos maiores latifúndios do sul do País, a fazenda Giacomet-Marondim no município de Rio Bonito do Iguaçu, dando origem ao Assentamento Ireno Alves no ano de 1997 e Marcos Freire no ano de 1998.

E a luta pela terra tem continuidade. Os excedentes vindos dos Assentamentos Ireno Alves e Marcos Freire tiveram uma outra oportunidade da conquista pela terra. Devido as dificuldades e necessidades, algumas famílias buscaram um lugar onde se possa ter um pouco de dignidade e qualidade de vida, assim Reguelin e Batistela (2009, p. 14) nos mostram o número de famílias que vieram lutar pelo direito a terra.

Em 1998 cerca de 1.500 famílias são assentadas no município de Rio Bonito do Iguaçu, em 2003 foram assentadas no município de Quedas do Iguaçu mais de 1.200 famílias oriundas de várias Regiões, Estados e até de outros Países como do Paraguai, os brasiguaios, que haviam partido em busca de uma melhor qualidade de vida, mas pelas dificuldades de sobrevivência acabaram sendo obrigados a voltar, e

sem moradia encontraram nos Acampamentos de Sem Terra um pouco da valorização humana que sempre sonharam, com respeito e dignidade onde tinha escola para os filhos e uma nova ideologia de vida, e agora com bravura e muita luta conquistaram seu tão sonhado pedaço de terra, de onde tiram o sustento para os filhos e ainda encontram uma valorização humana nas escolas ali implantadas, reconhecendo através da organização social e da educação que são homens com a vocação de ser mais capazes de pensar, refletir e agir.(REGUELIN, BATISTELA 2009, p. 14).

A rodovia do Paraná, chamada de PR 158 entre os municípios de Laranjeiras do sul e Rio Bonito do Iguaçu, passa a ser o local das famílias acampadas, dando assim uma nova perspectiva de vida de indivíduos que procuram principalmente ter como sobreviver.

As famílias vindas de várias regiões e estados e até mesmo do Paraguai, muitos desempregados, filhos de pequenos agricultores, também filhos de assentados e indivíduos que não puderam resistir a forma que viviam em grandes cidades estavam ali, querendo um espaço para garantir um pedaço de terra, então conseguem ver e se posicionar como protagonistas da própria história, desenvolvendo assim seu papel de atores principais, como dizia Freire.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer entre si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas de ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE 1987, p. 52).

Nessa perspectiva, algumas lideranças de movimentos sociais e sindicatos dispostos a melhorar a condição de vida, pensando justamente naquelas famílias que mesmo sofrendo nas grandes cidades e sem ter acesso ao conhecimento dos direitos e deveres de cidadãos, fazem com que no mínimo amenize esse desconhecimento e os ajude a encontrar novos horizontes tendo acesso as políticas públicas existentes. Mas que mesmo assim, acabam naturalizando sua situação de vida, e assim os mesmos se acomodam e aceitam a vida que levam, passando essa ideia de que não há outro jeito de viver a não ser trabalhar muito e ganhar pouco, para tentar sobreviver e assim o ciclo acaba se repetindo, passando de geração em geração.

Os acampamentos possuem uma auto-organização, assim as famílias que vem de uma condição de vida de cidade grande tem um pouco de dificuldade de adaptação nesse ambiente, mas, a partir do momento em que começa se inserir nas atividades se percebe que é a melhor forma de viver no coletivo.

Assim através do relato de Silvano Ribeiro podemos perceber como foi a organização do acampamento José Abílio dos Santos.

A ocupação do acampamento foi construída pela discussão nacional do movimento Sem Terra [...] então tinha toda uma organização, isso respeitada a questão dos setores, do funcionamento, então o acampamento era dividido por brigadas de 50, grupo de 10 famílias e os setores também, cada brigada de 50 tinha seu coordenador e coordenadora, havia setor de saúde, educação, infraestrutura e alimentação, também tinha o setor da secretaria que cuidava da questão legal dos cadastros dos acampados e isso resultou na organização do acampamento então José Abílio dos Santos que muitas vezes o pessoal conhecia só por acampamento do silo [...] funcionava muito bem a questão das instâncias da coordenação, então os coordenadores de brigada formavam coordenação do acampamento, nessa coordenação tinha uma direção que era um grupo mais reduzido que pensava toda a questão e discussão interna do próprio acampamento. [...] quando surgiu o acampamento na Araupel as famílias vieram pra cá, um público bem diferente assim um público que a gente costumava ver nos acampamentos antigamente que era realmente aquela pessoa que estava trabalhando de arrendatário, estava junto com o pai trabalhando na lavoura e foi pro acampamento, era pessoas que um certo momento da vida trabalhou na agricultura e daí por algum problema foi pra cidade, ficou trabalhando de empregado e quando teve o acampamento resolveu voltar, então era assim um público bem misto, assim bem diferente não eram agricultores nato. Então assim, basicamente dá pra gente dividir, o INCRA fornecia não constantemente e também não mensalmente, mas ele fornecia as cestas básicas baseada no cadastramento que foram feitos, mas isso não era mensalmente, talvez faltava três meses sem as famílias receber as cestas, o setor de alimentação tinha uma dinâmica diferente eles arrecadavam alimentos nos mercados da cidade e todo dia eles faziam a “sopa” que seria para as crianças e as famílias que muitas vezes não tinham alimento, então essa sopa ajudou muitas famílias a se manter no acampamento principalmente as crianças ali, então essa sopa, ela era famosa no época do acampamento porque ela sustentou muitas famílias e muitas crianças, então todo dia essa sopa era feita para distribuir para as crianças e famílias do acampamento, então seria essas duas função do setor de alimentação, alimentos que vinha do governo, baseado de cestas básicas e em segundo lugar tinha esse setor de saúde que ficava responsável pela cozinha, a cozinha fazia alimentos para distribuir para as crianças e as famílias. (RIBEIRO, 2017).

Assim a necessidade de construir escolas no acampamento cresce, e os próprios acampados iniciam a construção das escolas.

Quando as famílias vão para um acampamento é obrigatório ter educação, saúde, infraestrutura e acesso as políticas públicas, ou seja, toda uma organização que já é pré-estabelecida dos dirigentes do Movimento Sem-Terra.

No início do Movimento Sem-Terra não tinha como discussão escolas itinerantes, isso foi se construindo no processo e da construção orgânica do próprio MST, que teve a necessidade realmente porque o acampamento não é fixo do lugar, então ele faz uma ocupação numa determinada área e a escola precisa acompanhar, fazendo parte do processo de formação, pois não é aceito nenhuma criança fora da escola nos acampamentos, então o ideal é ter uma escola voltada para a realidade desse povo.

Devido as organizações e conjunturas do acampamento, a decisão de algumas atividades ou ocupações se deu em uma noite não muito propicia para se fazer a ocupação, pois a noite muito fria dificultou principalmente para mulheres e crianças se deslocarem dos seus barracos, mas que os homens de costume fazem a frente, tentando sempre ocupar com máxima passividade para que ninguém fique ferido, assim segundo Reguelin, Batistela.

O Silo foi ocupado em 12 de julho de 2003, o acampamento posteriormente teve essa discussão e no mesmo ano as escolas chamadas de Escolas Itinerantes⁷ já começaram a funcionar, sendo assim no primeiro ano as escolas municipais e no segundo ano, o ensino fundamental e médio. As primeiras estruturas eram todas cobertas e cercadas de lona e de chão batido, após, conforme fosse melhorando a situação, foram se construindo estruturas um pouco melhor.

Em uma das noites mais frias de 2003, com aproximadamente 1.600 famílias, se deu a última ocupação, foi na fazenda da Araupel em Quedas do Iguaçu PR, com negociações pacíficas, não houve confronto, as famílias montaram seus barracos em volta ao silo que havia na fazenda e se organizaram em “brigadas” dentro das quais um núcleo de 10 famílias com um responsável para cada função, organizados por setores, setor de educação, finanças, frente de massa, saúde, disciplina, formação, alimentação, comunicação, infraestrutura,

7 Escola Itinerante: é a denominação dada às escolas que se constituem nos acampamentos do MST. Denominam-se itinerantes porque acompanham a luta pela Reforma Agrária, assegurando a escolarização dos trabalhadores do campo. (BAHNIUK, CAMINI, p.333, 2012).

gênero, esporte e laser, sendo que todo esse povo organizou dentro do acampamento estrutura física para, farmácia alternativa, horta orgânica, cozinha comunitária, igrejas para as diversas crenças religiosas ali existentes, uma escola composta por 15 salas de aula, secretaria, cozinha, biblioteca e saguão, inclusive uma rádio comunitária (pirata) para a telecomunicação das famílias com os acontecimentos importantes, enfim toda uma estrutura de lona construída pelos próprios acampados.(REGUELIN, BATISTELA, 2009, p. 15).

Após o árduo trabalho de construção dos barracos das famílias, os acampados se organizaram dentro do acampamento para um melhor funcionamento e controle sobre a segurança dos sujeitos que ali se encontravam, dentre eles a própria Escola Itinerante, construída com a ajuda e colaboração das famílias para que assim as crianças continuem estudando. Escola Itinerante é o nome dado pelo fato de que a escola transita, uma escola em movimento, pois assim se precisar se deslocar a escola vai junto com o acampamento, não importando onde as famílias vão se acampar novamente, portanto a educação é vista como um principal fator, que não pode ser esquecido e que os dirigentes estão sempre pautando para que a escola nunca pare.

Devido a todo esse processo as Escolas Itinerantes por sua vez acolhem educadores do próprio acampamento, para atuar como professores escolhendo os indivíduos que queiram contribuir e quem obtém mais escolaridade sem exigências, apenas quem tem boa vontade de cooperar. “Em agosto de 2003 deu-se início as discussões coletivas para o planejamento das escolas inclusive com uma equipe responsável pelas turmas de Jovens e adultos (EJA) “ (REGUELIN E BATISTELA, 2009, p. 16).

Nesse momento não há mais como retroceder, as ideias já foram discutidas e encaminhadas para que se inicie um novo modelo de educação do e no campo, assim os educadores se sentiram mais entusiasmados e determinados em ensinar com segurança e qualidade e que determinadamente conseguiram alcançar seus objetivos com mais facilidade. Segundo Reguelin e Batistela.

Os desafios foram lançados, a ideia de criar uma educação do campo, no campo e para o campo, com muita determinação começa a se expandir, pois em poucos dias o coletivo de educadores voluntários se expandem, sendo que estes iniciaram seus estudos com a história do MST, os princípios da educação e como funciona a escola itinerante, as reuniões para estudos se davam quinzenalmente e os laços de amizade entre os educadores fortaleciam a luta, com base na

superação dos obstáculos foi que em outubro após o encontro dos sem terrinha, as equipes cada qual com sua função realizaram a construção do parque infantil e no dia 30 de outubro foi à inauguração oficial da escola itinerante com a presença de várias autoridades, inclusive do secretário de educação do Paraná Mauricio Requião; O Superintendente do INCRA Celso Lacerda de Lisboa; A Deputada Estadual Luciana Rafaim; Representantes do setor de educação estadual e regional do MST Sonia Schondeler e Maria Isabel Grem, a diretora da escola Iraci Salete Strozak, Ritamar Andreetta além de demais lideranças local e regional, Claudemir Torrente e direção nacional, José Damasceno de Oliveira, inclusive o padre José que deu a benção sobre a escola, todos tiveram o privilégio de vivenciar a mística realizada pelas próprias crianças do acampamento. Tudo uma questão de solidariedade, quanto à legalização da documentação e matrículas, dava-se na escola base Iraci Salete Strozak, localizada no assentamento vizinho, Ireno Alves dos Santos, no Município de Rio Bonito do Iguçu PR, a coordenação da escola itinerante, constituída segundo princípios da organização do MST, a qual defendia a ideia de que não havia necessidade de ter diretor, portanto o coletivo de educadores nomeia dois de seus parceiros para a função pedagógica que juntamente com cinco educadores, são os responsáveis do acampamento para organizarem a documentação e encaminhar para a escola base onde seria legalizada essa documentação a qual continha aproximadamente 700 educandos.(REGUELIN, BATISTELA 2009, p. 16).

A partir desse momento histórico começa um novo ciclo para as famílias acampadas, sendo assim, a escola começa a funcionar dando um passo a mais num caminho árduo, mas que era preciso, pois, o futuro das crianças dependia muito disso. As famílias sentiram um certo tipo de alívio, pois, os mesmos não perderiam tempo e os pais teriam forças para continuar enfrentando os desafios do acampamento que ainda estava por vir. Os métodos utilizados foram os princípios da educação das escolas itinerantes, assim os educadores se baseavam nessa perspectiva dando mais vida aos planejamentos feitos por eles, ou seja, sua forma era bem mais dinâmica do que a tradicional, valorizando o contexto local e a realidade do dia a dia do educando.

O critério de escolha dos professores na época foi através da boa vontade e escolha dos acampados, levantava-se o nome nos grupos e após eram convidados a trabalhar no setor de educação e depois eram contratados pela ACAPE.

De acordo com Reguelin e Batistela (2009, p. 17) A escola se organizava assim como podiam, pois, havia uma equipe de educação que fazia essa tarefa dando aos educadores momentos de estudos para preparação das aulas semanalmente. Assim, as escolas do acampamento em processo lento, mas contínuo em 2008, passam a ser escolas de assentamento, mudando a visão

para uma responsabilidade maior, pois as discussões ficam cada vez mais fortes em relação a uma educação do campo.

As experiências das Escolas Itinerantes Chico Mendes e Olga Benário, ficam para trás, deixam de ser escola de acampamento para ser escola de assentamento. A comunidade acompanhou a implantação das escolas através das reuniões da coordenação do Setor de educação realizada a cada quinze dias, com a participação de um representante por núcleo de base, além das reuniões da coordenação do acampamento realizadas uma vez por semana (REGUELIN, BATISTELA, 2009, p.17).

O estudo chamado PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), é um estudo para analisar quantos lotes daria, incluindo a posição desses lotes, sendo ele uma cooperativa especializada que o INCRA contratou para fazer esse trabalho, aonde as lideranças do acampamento participaram desse processo.

O processo de transição do Acampamento para o Assentamento foi um processo muito difícil, porque a área não era suficiente para assentar todas as famílias que estavam acampadas, esses chamamos de excedentes, onde são pessoas que passaram pelos critérios do INCRA, mas que não teve lote suficiente para eles, assim gerando um desconforto para todos, pois os que ganharam estavam felizes, mas triste pelos amigos, companheiros que não conseguiram seu lote.

Na questão da contribuição para as escolas, o Município era o que contribuía menos, o Estado era quem ajudava mais as Escolas Itinerantes na época, devido sua vinculação a secretaria de educação da sede, então o Estado acabava ajudando mais do que o Município, até porque quando foi ocupada a fazenda o prefeito era contra os Sem Terra, então as Escolas não recebiam nenhum tipo de ajuda do Município.

Referente ao processo de construção do Assentamento Celso Furtado, toda e qualquer decisão era feito ATA, era discutido coletivamente com as famílias, com a coordenação. Primeiro era decidido nas instâncias, com a direção, e coordenação, quando a decisão se referisse as famílias era convocado uma assembleia, onde era feito a discussão com todos os acampados, e era colocado em votação tal assunto, portanto, desde o início todas as famílias sabiam que não havia lote suficiente para todos, assim foi discutido qual seria o melhor caminho, onde foi encaminhado em manter o

acampamento e esperar o INCRA conseguir mais uma área para assentar os excedentes. Era preciso dividir todas essas informações e discussões no qual foi feita, pois foram tomadas coletivamente, mas enfim a decisão das famílias contempladas era de viabilizar os lotes, mas que a luta continuasse para conquistar mais um pedaço de terra para os que não tiveram lote.

Contudo, esse processo teve muitos momentos que os fizeram refletir sobre ser dependente do município, fazendo essa transição para que a prefeitura apoiasse e ajudasse totalmente, e que as novas escolas de outras comunidades fossem apoiadas também.

Este processo foi marcado por momentos de conflitos e discussões da comunidade com as Secretarias de educação de Estado e Município. Quando as famílias se transferiam para os lotes e formaram suas comunidades, surgiu a necessidade de descentralizar as escolas, devido à extensa área de terras ocupadas. (REGUELIN, BATISTELA, p.17, 2009).

Devido à grande área do assentamento as crianças e jovens ficaram sem aulas por tempo indeterminado, pois eles também acompanharam todo o processo de assentamento e assim ficaram longe da escola atrasando o desenvolvimento de aprendizagem. (REGUELIN, BATISTELA, p. 17 e 18, 2009).

Após todo esse processo o setor de educação e as coordenações das escolas procuraram formas de transportar as crianças que estudavam da 5ª a 8ª série, pois a escola ainda permanecia no acampamento, denominadas de Escola Estadual Chico Mendes, na Comunidade Renascer e a Escola Estadual Olga Benário na Comunidade Dez de Maio, quanto as series iniciais de 1º a 4º ano, foram remanejadas para as Escolas Itinerantes, onde foram organizadas com as próprias comunidades e escolas, assim determinadas por cada comunidade os seus nomes ficaram: Comunidade Bom Jesus – Escola Rural Municipal Janete Santos; Comunidade Nossa Senhora Aparecida – Escola Rural Municipal Bela Vista; Comunidade Dez de maio – Escola Rural Municipal Luiz Carlos Prestes; Comunidade Palmital – Escola Rural Municipal Construindo o Futuro; Comunidade Nova Esperança – Escola Rural Municipal Vagner López; Comunidade Campo Novo – Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues da Silva; Comunidade Orgânica – Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã;

Comunidade Renascer – Escola Rural Municipal Roseli Nunes; Comunidade 12 de Julho – Escola Rural Municipal Doze de Julho; Comunidade Nova União – Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.

No PDA já foi definido aonde ficaria cada comunidade do assentamento, assim estimulando toda a questão de estrutura do assentamento, sendo ela dividida em três grandes comunidades, os três grandes centros, Silo comunidade Renascer, Margarete comunidade Bom Jesus e a Bacia comunidade Dez de Maio, e por sequência dez comunidades mais pequenas. A ideia e o objetivo dos grandes centros era que tivesse todo tipo de serviço público para as famílias, enfim, um espaço em que as famílias pudessem se reunir nos finais de semana se confraternizar, que tivesse escola, posto de saúde, tudo que as famílias precisassem do básico, era para ter nesses três grandes centros.

No ano de 2005, logo que as famílias foram para os lotes, conseguiram através do governo a construção de dez novas escolas municipais, pois se tratava da mesma quantidade de comunidades, onde foi dividido entre elas, a comunidade Orgânico, comunidade Nova União, comunidade Bom Jesus, Nova Esperança, Campo Novo, Nossa Senhora Aparecida, comunidade Renascer, comunidade 10 de Maio, comunidade Palmital, comunidade 12 de Julho. O modelo de estrutura das escolas na época era muito desproporcional, um projeto que já veio pronto para ser construído e que assim foi feito.

Nessa perspectiva, novos desafios se constroem, as comunidades precisam se organizar e discutir junto com as coordenações das escolas, estratégias a serem executadas pela prefeitura, sendo pressionada pelas comunidades escolares que encaminham materiais para a construção das novas escolas. Ainda assim, não foi fácil, pois a prefeitura alegou não ter condições financeiras de ajudar as escolas municipais dos assentamentos, e por isso as escolas continuaram por mais um ano como itinerantes, essa luta continuou até a prefeitura dispender com o mínimo para que se concretizasse essas novas escolas, foi de maneira bem simples mas que pela força de vontade das crianças em estudar, foi suficiente no momento e que ao fazerem o concurso público os educadores deram início as aulas, assim vão as escolas mesmo sabendo da tamanha precariedade.

O município, por sua vez, alegou falta de condições financeiras para assumir as escolas no que se referia aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa situação exigiu novos acordos e por isso, as escolas das comunidades continuavam por mais um ano como itinerantes. Em contrapartida, o município se responsabilizou pela construção de outras 10 escolas, pelas matrículas das crianças na rede e pela realização de concurso público para os professores, responsabilidade essa que não foi cumprida por total e percebendo a precariedade e necessidade de seus filhos terem um espaço mais adequado para a sua aprendizagem em 2007, como o município cumpriu parte do acordo fornecendo alguns poucos pregos e Eternit, construíram-se as escolas, mas de maneira precária, as quais eram construídas pelos próprios pais, com madeiras doadas por eles apenas com madeira e telha, sem soalho e muitas delas sem banheiro, cozinha, ou até mesmo cadeiras e carteiras para que os alunos pudessem apoiar seus poucos materiais[...] não intimidou aqueles que realmente lutam pelos seus direitos de seres humanos, mas isso não bastava, novas negociações e pressões foram necessários, resultando no concurso que se efetivou em 10 de fevereiro de 2008[...] as aulas deram início no dia 09 de abril data essa que ficará marcada pra sempre na mente dos educadores, cientes e já alertada pela secretária de educação municipal, de que iriam encontrar muitas dificuldades, saem de suas casas as 05h30min da manhã para pegarem a condução que os levaria as tão necessitadas escolas e segundo relato de educadores, as surpresas foram muitas e após uma ou duas horas de viagem ou para ser mais preciso 30 a 40 km em um ônibus, sem condições de transportar seres humanos e em estradas intransitáveis, chegaram as escolas sendo de 3 a 4 educadores em cada local, as estruturas eram de surpreender cada um que lá chegasse a situação era desumana[...] cada escola era uma realidade mais difícil que a outra, sem materiais didáticos e de limpeza, foi tudo muito difícil pois, foi preciso emprestar das casas próximas, martelo, prego, vassoura, balde e até água, pois não havia água encanada e em algumas escolas o poço mais próximo ficava a 3km, sendo preciso a colaboração dos pais para buscar a água com tambores em cima de carros de boi, com pais e educadores empenhados na limpeza da escola, se é que aquilo podia ser chamado de escola, passavam-se os dias e as dificuldades ficavam cada vez mais evidentes, pois não bastando a falta de estrutura, estradas intransitáveis e transporte indecentes tanto para educadores quanto para os educandos[...] as crianças saíam muito cedo de casa por terem um trajeto muito longo a percorrerem até o ponto de ônibus e outras ainda, por não terem transporte devido à falta de estradas, tinham de percorrer o caminho a pé em meio as matas, mais precisamente por baixo da araucária, muitas delas sem se alimentarem direito, com medo e mau agasalhadas, isso quando não pegavam orvalho ou chuva no caminho e chegavam todas molhadas, são situações que afetavam o desenvolvimento da aprendizagem daquelas crianças isso sem contar com a influência que cada um tinha na família, as dificuldades de aprendizagem era inúmeras, o índice de reprovação certamente seria elevadíssimo, pois além de todo esse contexto o atraso para o início das aulas foi muito grande. (REGUELIN, BATISTELA 2009, p.18,19 e 20).

Com o processo de Assentamento não há acompanhamento pedagógico ou direção, as escolas começam um novo ciclo com mais um desafio a ser enfrentado, o planejamento foi organizado por bimestre sem que envolvesse a

educação do campo, pois os educadores estavam trabalhando conforme sua boa vontade, pelo simples fato de não ter esse acompanhamento. Os educadores trabalharam e se esforçaram bastante para recuperar o tempo perdido, 38 dias perdidos exatamente, tiveram que trabalhar sem descanso ou no fim de semana, foi um ano de muito esforço e dedicação que realmente valeu a pena, pois o índice de reprovação diminuiu muito, ou seja, superaram todas as expectativas.

Na transição do acampamento para assentamento só havia duas escolas, a Escola Estadual que hoje é a Escola Chico Mendes e a Escola Olga Benário, as duas construídas nos grandes centros do Assentamento Celso Furtado, que era do acampamento e que hoje permanece funcionando.

Depois que saiu o assentamento foi construído a Escola Construindo Novos Caminhos que pertence a comunidade Bom Jesus sendo elas todas Escolas Estaduais. As Escolas Municipais saíram depois do assentamento, sendo que seis dessas escolas já foram fechadas nos últimos sete anos.

Foram fechadas a Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, localizada na comunidade Nova União, Escola Rural Municipal Bela Vista, na Comunidade Nossa Senhora Aparecida, Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues na comunidade Campo Novo, Escola Rural Municipal 12 de Julho na Comunidade 12 de Julho, Escola Rural Municipal Vagner Lopes na comunidade Nova Esperança, Escola Rural Municipal construindo o Futuro na comunidade Palmital, sendo assim apenas quatro escolas estão funcionando atualmente no Assentamento Celso Furtado

O Assentamento Celso Furtado caracteriza-se como um dos maiores assentamentos do MST, concentrando 1.040 famílias, sendo que em 2008 mais 100 famílias também conseguiram seu tão sonhado pedaço de terra.

Percebe-se que a demanda de educadores capacitados para atuar no assentamento era mínima, então muitos educadores e até mesmo quem não tinha experiência em sala de aula inicia o curso do Magistério e pedagogia, além de outros cursos superiores para assim dar continuidade a luta pela educação de qualidade voltada para a realidade dos indivíduos que ali residem.

A luta continua, agora as escolas precisam ser mantidas pelo município, buscando meios de desenvolver projetos, que continuem a oferecer educação perto de suas residências, dando tranquilidade a vida de um povo e de famílias

que por muitas dificuldades, medos e discriminação passaram, agora a educação passa a ser prioridade máxima para os assentados. As famílias que constitui o Assentamento Celso Furtado, fazem uso da terra para subsistência através de plantios diversificados e no manuseio de vacas leiteiras para a entrega do leite a laticínios da região.

Silvano Ribeiro que na época era dirigente do acampamento, na entrevista que realizamos, nos relatou como ajudava a manter as escolas abertas e os motivos pelas quais foram fechadas.

Então, a gente sempre defendeu enquanto vereador, jamais podemos fechar escolas, o objetivo é abrir escolas e as crianças passaram a estudar aonde mora, aonde vive, próximo de sua casa, mas enfim a administração pública justificava que tinha muito pouco aluno, a quantidade de aluno era insuficiente pra manter a escola aberta isso foi o principal motivo, a falta de aluno não dava condições de manter a escola aberta, adotado pela gestão passada e por essa gestão mesmo[...] na gestão atual já fechou uma escola do assentamento e a gestão passada fechou duas escolas, então esse foi um dos grandes motivos, que era economizar gastos e devido a quantidade de alunos são muito pouco pra deixar uma escola aberta.(RIBEIRO,2017).

Aqui, segue o relato de Silvano Ribeiro sobre em que relata a importância do Assentamento para ele.

Pra mim o Assentamento Celso Furtado significa muito, tudo o que eu aprendi, a minha história de vida, a minha formação política o nível de consciência que eu tenho hoje sobre a luta de classes, foi tudo origem do acampamento e do assentamento, hoje se não tivesse o Assentamento Celso Furtado talvez, primeiro eu não seria assentado aqui e segundo que eu também não tinha construído minha militância, onde eu consegui aprender muito e estudei muito pelo movimento, fiz muito curso, antes eu conseguia ver as coisas de uma forma, a partir do momento em que eu entrei pro acampamento que eu comecei entender o que é o movimento Sem Terra, então pra mim teve um acúmulo de conhecimento muito grande e que isso sempre me originou na minha vida política, eu fui candidato a vereador pela primeira vez em 2008, com a decisão da coordenação que precisava ter um representante na câmara municipal pra defender os interesse do assentamento, aonde na época a Bacia, como conhecida de acampamento da Bacia definiu o nome do Claudemir e o acampamento conhecido como José Abílio dos Santos definiu meu nome, mas isso já não era mais acampamento, nesse período nós já estava no assentamento, mas a coordenação funcionava discutia os problemas, então ai eu assumi esse desafio em 2008 pra mim ser candidato, então tudo o que eu tenho hoje eu devo muito ao movimento Sem Terra e segundo lugar a nossa luta que proporcionou que eu chegasse ai no terceiro mandato de vereador, hoje o assentamento significa tudo pra mim, tudo que eu tenho, tudo o que eu consegui alcançar até agora é

graças ao Assentamento Celso Furtado e falar desse assentamento é falar do movimento Sem Terra do MST. (RIBEIRO, 2017).

As dificuldades ainda hoje enfrentadas pelos assentados são inúmeras, com dois vereadores na câmara se pensava que tudo ficaria resolvido, pois se acreditava que o vereador tinha muito poder pra fazer as coisas chegarem lá e resolver tudo, mas que no fundo a função do vereador não é muito isso, primeiro é fiscalizar o poder executivo e propor indicações ao poder executivo, ou seja, quem tem a caneta na mão e as decisões de fazer é o prefeito ou a prefeita, assim o vereador, faz essa ponte entre o povo e a prefeitura, as famílias inicialmente tinham essa visão, com dois vereadores do assentamento estava tudo resolvido, assim de uma certa forma as famílias se acomodaram um pouco, sabemos que se não houver um povo organizado com as suas lideranças, não é conquistado muita coisa, pois só da política não se consegue resolver quase nada, mas sim através da luta massiva que o movimento costuma fazer junto com uma pressão sobre a prefeitura.

A questão das estradas ainda continua sendo um dos principais problemas enfrentados pelos Assentados, se tornando um grande dilema na vida cotidiana das famílias que ali residem. Portanto sabemos que não só os assentados mas qualquer comunidade, município é preciso ter principalmente estradas de qualidade, onde faça chuva ou faça sol eles possam retirar sua produção de grãos, produção de leite, enfim, isso seria o mínimo que o poder público poderia fazer, mas que ainda nos dias atuais eles estão enfrentando esse problema, é preciso ter um planejamento da prefeitura, dos vereadores e das comunidades organizadas, porque só o vereador não tem essa força de ir lá e resolver, mas sim unir-se junto com o poder executivo e assim conseguir trazer recursos do Governo Federal do Governo Estadual para as comunidades, mas a prefeitura tem que ter essa unificação entre as lideranças, o povo organizado e as comunidades, para se conseguir ter vitória.

3. CAPITULO 2.

O FECHAMENTO DAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO E A LEGISLAÇÃO.

Mesmo vigorando no País, leis que proíbem o fechamento de escolas, percebemos que praticamente se naturalizou esse fato, tanto pelos órgãos gestores quanto pela própria comunidade, tendo em vista que muitas vezes os moradores das comunidades não tem acesso a esse conhecimento de que existam essas leis, portanto a comunidade se torna em sua maioria vítima de uma minoria que através de qualquer desculpa, acaba lhes privando do direito de ter escola perto de casa e uma educação significativa, voltada para a realidade. Assim seguem algumas leis que proíbem os municípios e o estado a fecharem as escolas.

A Presidência da República cria leis que asseguram o direito de escolas no campo, como a Lei n. 12.960, de 24 de março de 2014. Assim,

A Lei 12.960, de 27 de março de 2014, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional, para fazer constar exigências de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas, como os conselhos municipais de Educação do sistema de ensino para o fechamento desse tipo de escola. (...) Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Conforme diz a lei 12.960, só será fechada a escola se a comunidade estiver de acordo, e manifeste por escrito, junto a secretaria de educação, a sua justificativa. Cabe, portanto, a comunidade se manifestar contra o fechamento da escola devido ao impacto que a comunidade sentirá ao se tomar essa decisão, ou seja, se a comunidade não aceitar, ela tem todo direito de ser ouvida e analisado as questões levantadas para o não fechamento da mesma.

Conforme Zinet (2015), os dados pesquisados é que em 2003 haviam 103.328 escolas rurais no Brasil, sendo que em 2014 esse número diminuiu drasticamente para 66.732, sendo avaliado assim, cerca de 277 instituições

rurais que foram fechadas por mês, mas especificamente 9 escolas por dia, portanto isso é causa e consequência do êxodo rural. As demandas que ainda permaneciam no local, sofrem com esse fenômeno, pois deixam de ser atendidos.

Pelos dados pesquisados, os números de escolas que estão sendo fechadas são de um aumento muito significativo para a área de valorização da educação no Brasil, através disso, podemos perceber que 9 escolas fechadas por dia é um número muito alto pelo tamanho da demanda que se tem no campo. Assim, a demanda que estudem em escolas próximas de casa, superlotam as salas de aula das escolas nas cidades, onde a qualidade de ensino diminui muito, ficando muito difícil o processo de ensino e aprendizagem.

Ainda, Zinet (2015), nos traz informações do IPEA apontando que no ano de 2010 8,7 milhões de alunos de Educação Básica viviam no campo, mas que apenas 6 milhões de estudantes estavam matriculados em escolas rurais, mostrando que o restante dos estudantes, tanto jovens quanto crianças, tinham que se deslocar todos os dias para a cidade e conseguir estudar. Sendo que essa mesma pesquisa tem uma diferença de 2,5 milhões.

De acordo com os dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] (2015), em 1991, havia 214.943 estabelecimentos de ensino públicos e privados no Brasil. Dentre estes, 16.827 eram estabelecimentos particulares (urbanos e rurais) e 198.116 eram públicos. Nesse mesmo ano, o sistema de ensino registrou um total de 56.265.848 alunos matriculados no ensino, sendo que, desse total, 7.927.273 residiam no meio rural. Em 1991, o INEP não computou em seus dados os alunos que são ou dependem do campo. Computou apenas os que estudam nas escolas das cidades, não diferenciando os alunos transportados do campo (filhos de agricultores) com os alunos das cidades. (FERREIRA e BRANDÃO, p 78).

Os dados nos revelam como o povo do campo não tem valor, são construídas as instituições tanto no campo, quanto na cidade, e para fazer o registro, não diferenciam os alunos.

Merecem destaque neste verbete alguns dispositivos legais conquistados que reconhecem as condições necessárias para que a universalidade do direito à educação se exerça respeitando as especificidades dos sujeitos do campo: as Diretrizes Operacionais para

a Educação Básica nas Escolas do Campo (Doebec nº 1 e nº 2, de 2002 e 2008 respectivamente), expedidas pela Câmara de Educação Básica (CEB), do Conselho Nacional de Educação (CNE); o parecer nº 1, de 2006, também expedido pela CEB, que reconhece os dias letivos da alternância; e, mais recentemente, o decreto nº 7.352, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (Pronea). (MOLINA, 2012, p. 454).

A Educação do Campo é fruto das demandas dos movimentos e organizações sociais dos trabalhadores rurais, onde se expressa uma nova visão quanto ao campo, fortalecendo o caráter de classe nas lutas em torno da educação, assim ela irá valorizar os conhecimentos da prática social dos camponeses e focar no campo como lugar de trabalho, moradia, lazer, sociabilidade, identidade, ou seja, como lugar da construção de novas possibilidades e de desenvolvimento sustentável.

As discussões sobre Educação do Campo obterão forças a partir das experiências do MST, dando mais ênfase na organização de sua forma de planejar e trabalhar em sala de aula, buscando sempre conhecer a realidade de seus educandos. A Educação de Jovens e Adultos, também acumula experiências, principalmente com a educação do campo de qualidade sendo um dos direitos dos povos do campo; entretanto o respeito às organizações sociais como formação humana para o seu desenvolvimento e o respeito de suas características vem contribuindo para que se obtenha resultados positivos. A prática pedagógica, entendida como prática social, é formada no estabelecimento de relação entre os conhecimentos do processo e os conhecimentos adquiridos no conjunto das ações desenvolvidas nas escolas e da política local de educação.

Segundo Caldart (2012, p. 260 apud KOLLING, CERIOLI E CALDART, 2002, p.19) diz que, temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos do seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social.

A escolarização da população do campo é importante, pois ela vem acrescentar a formação das pessoas como sujeitos da sua própria história e que sua intenção é de melhorar as condições de sobrevivência, como relação na

capacidade de garantir sua subsistência e melhorar a forma de produzir seus próprios alimentos.

O MST nos propõe possibilidades de estar sempre buscando e adquirindo novos saberes pela formação, oferecendo através do coletivo de educação; com isso se fortalece como movimento social e assim também reforçando a base do povo Sem Terra. Ao lutar pela formação superior universitária de seus militantes, o MST fundamenta as suas estratégias de atuação, porque as mudanças e atitudes passam a justificar ações no propósito de novas experiências.

A reprodução do Movimento entende-se como necessária quando são considerados os elementos da Educação do Campo, realizada na base do Movimento e na formação de militantes, a fim de assegurar a sobrevivência de seus integrantes e ampliação das lutas. O objetivo dessa formação tem um estreito vínculo com o conhecimento individual, por meio da formação, e da coletividade, e do direito garantido perante as leis formuladas, onde é a base de luta do Movimento.

E sua contribuição original pode vir exatamente de ter de pensar estes vínculos a partir da realidade específica: a relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de Reforma Agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde. (CALDART, 2012, p. 262).

Em relação aos valores a partir das experiências de formação humana, desenvolvidas pelos camponeses por terra e educação, vem se ampliando na forma de como produzir, de qual método utilizar, como seria a relação das pessoas e quais planos para o futuro em relação na melhoria de vida de todos, numa perspectiva avançada de alcançar um projeto que os ajude se capacitar e desenvolver o papel de sujeitos coletivos. Considerando uma forma de luta utópica, podemos ser razoavelmente intolerantes a qualquer discriminação, preconceito e desigualdade de classe social, raça, cor ou de religião pelo qual podemos intervir de forma a se manifestar junto a movimentos sociais que defendem a justiça e a igualdade, priorizando uma educação de qualidade a partir da realidade, onde os sujeitos possam ter seus direitos garantidos perante as leis estabelecidas.

4. CAPITULO 3.

A TRAJETÓRIA DA ESCOLA RURAL MUNICIPAL CLEUSA LOPES BUENO.

A Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno - Ensino Fundamental, foi registrada sobre o código 41389670, estava localizada na Comunidade Nova União, Assentamento Celso Furtado, Município de Quedas do Iguaçu, tinha como mantenedora a Prefeitura Municipal, sendo administrada pela Secretaria

Municipal de Educação, do município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná. Estava situada a uma distância de 15 km do centro urbano, localizada na comunidade Nova União, dentro do Assentamento Celso Furtado, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, sob código 31, tendo uma distância aproximadamente de 110 km do núcleo regional.

Em um período marcado por grandes transformações e lutas, nasceu no município mais uma instituição de ensino, que prezava por uma educação de qualidade para a formação de cidadãos, assim em 09 de fevereiro de 2006, iniciaram-se as aulas, com 72 crianças de 1ª à 4ª série, vindo a se chamar Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno. Os educadores eram das brigadas, sendo o coordenador Edegar Luiz Hoffmann, e os educadores Wanderlei, Sandra, Tatiana, Irene, Ivana, Silvano e Simone, alguns tinham magistério, outros apenas cursando o Ensino Médio, enquanto itinerante essa escola funcionou em estruturas construídas pela própria comunidade até o ano de 2007.

E em profundo gesto de gratidão e reconhecimento homenageou-se a companheira do grupo, mãe de família, senhora Cleusa Lopes Bueno, procedendo a escola seu nome, como forma de agradecimento pelas suas influências na formação do cidadão, unindo sua vocação de mãe, com seu objetivo de vida. Assim se deu o nome da escola “ESCOLA RURAL MUNICIPAL CLEUSA LOPES BUENO – SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”.

O primeiro passo foi à discussão sobre a construção do espaço para a efetivação das aulas, por conseguinte, foram se pensando o local do terreno, e projeto de construção junto ao INCRA, após muita luta enquanto acontecia de forma bem lenta, a construção da nova estrutura local, os alunos passam a ser atendidos na Escola Rural Municipal Roseli Nunes em 2008 e 2009, em julho de 2008 toda a comunidade se reuniu para eleger a primeira APMF da escola, assim ficou de presidente Edegar Luiz Hoffmann, vice-presidente João Carlos Brun de Camargo, secretaria Helena Heinz, vice-secretária Nivandra Skuzytczak, tesoureiro Isidoro Moura de Campo e vice - tesoureiro Jorge Godói.

No dia 08 de fevereiro de 2010, mesmo sem inaugurar a nova construção, deu-se início as aulas, começando a receber os primeiros alunos e funcionários. A nova estrutura física era dividida em: 05 salas de aula, 01 cozinha, 01 biblioteca, com um acervo de livros bem fragmentado, 01 sala dos professores, 01 Secretaria e 01 saguão. Os banheiros estavam fora do corpo da escola

contendo um banheiro feminino, um banheiro masculino e um banheiro para funcionários (construídos com recursos próprios da comunidade escolar), o ambiente era bem arejado.

Imagem I – Alunos embelezando a escola: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

A coordenadora foi indicada pela secretaria de educação, sendo que assim ficou o quadro de funcionários; Pedagoga Marcelaine Reguelin, coordenadora e, os educadores ficaram com o primeiro ano, educadora Claudinéia Aparecida de Souza; segundo ano, Maria Vanderlucia Aires de Azevedo; segunda série, educadora Maria Salete Andretti; terceira série educadora Anamar Lara de Lima e quarta série educador Sérgio Weirich, cozinheira Maria Aparecida de Lima e zeladora Terezinha de Jesus Silveira Machado.

O ambiente aproximava-se do esperado, porém com pouco material didático, mas com muita vontade coletiva de vencer cada obstáculo, idealizando na escola a própria extensão do lar das crianças.

O coletivo de famílias, que compunham essa comunidade, desde o princípio possuiu pensamentos que se voltavam ao ideal de construir uma escola

para seus filhos, próximo de suas casas, com intuito de facilitar a locomoção dos mesmos, bem como a sua aprendizagem e, como tudo o que se conquistava, era fruto de uma luta coletiva está se fazendo com muito carinho, de forma bem pensada e planejada.

Quanto ao trabalho pedagógico era realizado sob a ótica da pedagogia revolucionária, preparando os educandos para a vida em sociedade, enfatizando o trabalho coletivo, livre da individualidade. A aprendizagem aconteceu a partir das descobertas das próprias crianças, buscando dia-a-dia valorizar e enfatizar o contexto local, não desmerecendo o conhecimento amplo de toda sociedade, sendo o ambiente escolar um local de pesquisa, experiências, socialização de ideias e principalmente valorização da própria identidade, alimentando o espírito de luta com a presença de símbolos da luta bem como hinos, músicas e gestos.

Isso tudo durou até o início do segundo semestre, época em que secretaria de educação municipal convocou todos os coordenadores das escolas do assentamento e tornaram-se multisseriadas quatro escolas pelo pouco número de educandos matriculados, sendo a nossa uma delas, assim foi reduzido o número de educadores, ficando com o primeiro e segundo ano a educadora Anamar Lara de Lima, segunda série educadora Maria Salete Andretti e terceira e quarta série educador Sergio Weirich. Em outubro de 2010 elegemos a nova APMF, ficou presidente a senhora Valdete Andreia Bretas Lelis, vice-presidente Odair José Ferreira de Lima, secretaria Marcelaine Reguelin, vice-secretária Rosile Fernandes Gonçalves, Tesoureira Lidia Pereira de Oliveira, vice - tesoureira Sandra Mara Marcusch, assim encerrou-se o ano letivo de 2010.

O ano letivo de 2011 iniciou com 37 educandos subdivididos em três turmas, o primeiro ano ficou com a educadora Maria Salete Andretti com 10 educandos, segundo e terceiro ano educadora Terezinha Traczinski com 13 educandos, terceira e quarta série com a educadora Adriana Pastre dos Santos, com 14 educandos, cozinheira Maria Aparecida de Lima e zeladora Solange Castilhos Andreatto.

Quanto às aulas de artes ficaram com o educador João Divileski Neto, as aulas de educação física com a educadora Jaqueline Buratti e espanhol, aula paga pela própria escola, à educadora Priscila Paola de Paula, assim fazendo valer a educação de qualidade.

Já o ano letivo de 2012 iniciou com 46 educandos distribuídos em salas multisseriadas, um quadro funcional composto pela equipe pedagógica formada por, uma coordenadora Marcelaine Reguelin, três educadores regentes, educadora Maria Salete Andretti com o primeiro ano e 12 educandos, educadora Terezinha Traczinski com o segundo ano de 12 educandos e terceiro ano com 8 educandos totalizando uma turma de 20 educandos, e a educadora Márcia Rosa Soares Pereira com o quarto ano com 7 educandos e quarta série 7 educandos, totalizando 14 educandos e, três educadores de aulas especiais, de educação física educadora Jaqueline Buratti, artes educadora Daiane Soares Faria e a própria escola oferecia espanhol com a educadora Vanessa Gonçalves Vieira, cozinheira Maria Aparecida de Lima e zeladora Solange Castilhos Andreatto, atendendo coletivamente a execução de diversos projetos, como horta pedagógica, aula de capoeira, entre outros.

Era de fato uma equipe que criava condições para o desenvolvimento das habilidades e competências coletivas, individuais e sociais, necessárias no mundo atual, com um currículo pouco amplo, mas ousado, sempre direcionado à frente os objetivos a aprendizagem de seus educandos. A equipe Cleusa Lopes acreditava na educação eficaz, transformadora do ser humano e proveniente de cidadãos conscientes e atuantes, protagonista de sua própria história em busca de dias melhores na sociedade. Sempre ouviu trabalho com muito amor e carinho para receber todos aqueles que desejam estar na escola enquanto comunidade escolar.

O acesso à escola se dava através de estrada cascalhada e estrada de terra, ou seja, estrada rural, mas ambas em precárias condições, tornando o acesso em dias chuvosos difíceis, além do que cabe aqui ressaltar que os professores e funcionários, precisam permanecer mais duas horas e meia no ônibus devido à linha ser bem extensa para pegar os alunos.

O espaço onde as crianças fazem atividade física é um campo de terra batida, emprestada pela comunidade, sem demarcações.

Quando a escola foi fechada contava com um número considerável de alunos matriculados, cerca de 46 alunos no início de 2013, que estavam distribuídos em cinco turmas no período vespertino, em 3 salas de aula como já foi citado anteriormente.

A filosofia da escola era formar o educando a partir de valores éticos, conscientizando-o de suas responsabilidades sociais, justiça, no âmbito da liberdade e solidariedade, aprofundando seus conhecimentos de homem do campo, para uma sociedade de igualdades. Assim a Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, iniciou com a organização dos moradores da comunidade Nova União, onde todo esse processo se dá pela necessidade de educação, construída através da cooperação, do coletivo, demonstrando um grande interesse em obter um direito garantido, sendo que crianças, pais e professores ficaram responsáveis por enfrentar esse desafio.

Imagem II – Comemoração Natalina para os alunos: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

Fazendo uma retrospectiva sobre como foi o processo de inserção na comunidade e na escola da entrevistada e professora Márcia Rosa Soares Pereira⁸, trazemos sua fala que nos relata:

8 Moradora da comunidade dos Orgânicos no Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, Professora do ensino fundamental na Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã e na Escola Rural Municipal Roseli Nunes.

Já conhecia a escola desde a época da Itinerante, porque quando nós, junto com o setor de Educação do Assentamento se reuniu para definir as escolas, que seriam criadas dentro do próprio Assentamento, assim a Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno era uma que nós tínhamos idealizado, já conhecia o trabalho de lá, o grupo escolar que ali existia, antes de ser chamada no concurso, pela equipe não estar bem formada, então fui trabalhar lá pra suprir essas necessidade de falta de professor, assim logo em seguida que fui chamada e efetivada na Prefeitura em 2012 eu continuei trabalhando lá.(PEREIRA, 2017).

A experiência vivida por Marcia Rosa Soares Pereira em trabalhar nessa escola foi como iniciante, pois nesse ano ela foi efetivada pela Prefeitura, sendo uma realidade diferente do que estava acostumada na escola Itinerante, perante aos ideais, princípios e objetivos que a escola tentava manter tudo o que já vinha da escola Itinerante, se sentindo realmente fazendo parte daquele grupo dando seguimento ao antigo modo de trabalho.

Assim, devido ao seu trabalho em atuar na escola ela relata que havia um grupo não muito grande, mas que não afetasse diretamente o funcionamento da escola, pois a turma assumida por ela era uma turma multisseriada, sendo o 4º e 5º ano juntos, mas não deixava de cumprir com seu dever de educadora, sendo 2 turmas de classes multisseriadas e apenas um ano sozinho, e que a escola se organizava assim, devido a quantidade de educandos “minha turma de 4º e 5º ano era de 15 alunos, mas a luta é por não fechar as escolas, sendo que eram aproximadamente 53 alunos na escola.(PEREIRA, 2017).

A comunidade sempre foi bem ativa em todos os momentos que a escola estava em funcionamento, eram convocados os pais e os mesmos sempre estavam presente, tanto que era uma escola que oferecia lanche e que a organização era grande perante a comunidade, e que todos sentavam nos banquinhos e que havia mesa para todos, então a comunidade tinha se organizado e preparado sempre essas recepção boa para os educandos, isso era feito graças a comunidade que sempre foi atuante, e que os outros projetos também tinha essa inserção da comunidade e APMF. (PEREIRA, 2017).

Como podemos perceber, para comunidade a escola era importante, pois os pais eram participantes quando convocados para reuniões, ou até mesmo convidados para algum evento que a escola fornecia, uma escola bem organizada, e que tinha disposição em recepcionar os educandos com muito carinho.

Em 2010, foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec), no esforço de retomar a atuação articulada de diferentes movimentos sociais, organizações sindicais e outras instituições, com destaque agora para uma participação mais ampliada de universidades e institutos federais de educação. Em seu documento de criação o Fonec toma posição contra o fechamento e pela construção de novas escolas no campo assumindo o compromisso coletivo de contraponto ao agronegócio e de combate à criminalização dos movimentos sociais. (Caldart, 2012, p. 262).

Imagem III – Confraternização Natalina com os alunos: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

Ao entrevistar a moradora⁹ da comunidade Nova união, onde a mesma era a caseira na Escola Rural Cleusa Lopes Bueno junto com seu esposo e duas filhas, ela relata que havia uma horta na escola e que perante ao seu conhecimento era a única escola que tinha horta, assim trabalhando e colaborando na organização da escola, ela percebia que as crianças gostavam dali, e que a escola era muito receptiva para com toda a comunidade.

A horta foi construída através de projetos com alguns colaboradores que ensinavam como organizar e como manter tudo organizado, e que a partir dali a

9 Luciane Maraskin: Moradora da comunidade Nova União no Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, caseira da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, ajudava na limpeza da Escola e cuidava da horta.

escola ficou responsável, nela era plantado bastante diversidade de saladas e até mesmo mandioca, onde tudo era consumido pela escola. Abaixo uma foto mostrando claramente a horta em seu estágio de iniciação e processo de plantio.

Imagem IV – Horta construída para o consumo da própria escola pelos professores, coordenadores e pais da comunidade Nova União: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

A forma de cuidado com a horta a partir dela pronta era os caseiros que faziam todo o processo de colher e levar até a cozinha para ser preparado para os educandos.

Era tudo bem organizado, era tudo limpo, tinha horta, tinha árvore, a escola era bem limpa e organizada. (Maraskin, 2017).

Imagem v – colaborador trabalhando na Horta da escola: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

Muito se fala em Educação do Campo, mas é preciso compreender além disso, saber diferenciar a Educação *do* Campo, *no* campo e *para* o campo, pois muitas vezes sem perceber nos deparamos com algumas situações contraditórias, onde seu processo é mudado ou alterado, dando assim uma imagem de que está tudo no seu devido lugar, a linguagem e a cultura fazem parte da qualidade do que é material, pois são direcionados a um processo de superioridade, que se mantêm em disputa.

De certa forma essa disputa vem se manifestar através da dominação do poder e da propriedade, analisando assim, as expressões educação *do* campo, *no* campo e *para* o campo nos remete como preposições inocentes, sendo manipulados para que se mantenha a ordem do capital.

Para entender, a Educação *para* o campo e *no* campo a forma é imposta como autoridade do estado, visando suas concepções e políticas, na perspectiva do ruralismo pedagógico. A educação para o campo, não se coloca diante da realidade do aluno, pois seu modelo, conteúdo e métodos, são planejados nas concepções do ruralismo pedagógico, deixando de lado as particularidades da vida do campo, ou seja, não se tem um olhar do cotidiano dos indivíduos que vivem no campo, mas sim impor um ensino onde eles se adaptem da forma que vier.

Já a Educação no Campo, irá tratar de uma educação menor, onde crianças, jovens e adultos estão destinados a aceitar, pois o sentido de estudar neste momento não há mais, pois os mesmos apenas farão operações simples do trabalho manual e que nunca sairiam do campo, mas esquecem que a tecnologia e os processos produtivos aumentam cada vez mais, tanto na cidade quanto no campo. Diante disso é *negado* a educação escolar unitária independente se o indivíduo morar no campo ou na cidade.

Compreendendo a Educação do campo como forma de dominação, seu sentido é de buscar confrontar essa perspectiva da educação imposta há tempos em nossas escolas, expressando sua possibilidade de ser entendido, na forma social, humana e no processo de construção de um movimento social, que tem como um dos seus principais objetivos um projeto social e educacional, voltado para a realidade dos indivíduos.

O MST como parte fundamental dessas ideias de mudanças na área educacional, vem nos ensinando através das lutas por mudanças na sociedade em que podemos perceber seus processos, tendo como base a ciência, o trabalho, a experiência e a cultura.

De acordo com Frigotto (ano p.36), Caldart expressa na teoria e na prática que a pedagogia do MST não começa na escola e sim na sociedade, voltando para ela de forma ampla e necessária, assim a escola terá mais sentido na questão do saber produzido e do conhecimento científico.

3.1 O fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno

Procuramos a documentação na Secretária de Educação de Quedas do Iguaçu, onde na recepção fui atendida e fiquei na espera para falar com a Secretária de Educação Janice Barbieri, como nos conhecemos devido ela ter sido minha professora do magistério, não precisei me alongar nas apresentações e fiz o pedido dos documentos da escola, justificando que estava fazendo meu trabalho de conclusão de curso.

A secretária apresentou-me Adilson Costa, responsável pelas documentações, então a secretária falou o que eu queria e ele disse que precisaria de um pedido próprio da Universidade para que eu pudesse ter acesso

a esses documentos, assim fiz o pedido do documento e após três dias retornei e obtive a documentação que eu precisava.

Sendo os documentos, a criação das novas escolas municipais, onde foi sancionada a lei nº 396, artigo 1- ficam criadas e denominadas as seguintes escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, localizadas no Assentamento Celso Furtado neste Município de Quedas do Iguaçu e artigo 2- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, assinado no gabinete do Prefeito Municipal Gelmar João Chmiel, em 28 de março de 2007. Outro documento analisado foi a resolução nº 1998/10, onde no artigo 1 resolve autorizar o funcionamento da escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno- Educação Infantil e Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) situada na comunidade Nova União, Assentamento Celso Furtado do Município de Quedas do Iguaçu. NRE de Laranjeiras do Sul, mantida pela Prefeitura Municipal, contendo 4§ e artigo 2 está resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, assinado pelo assistente técnico da diretoria geral Janpier Gusso, assessora técnica Maria Glacir Ferreira e pela coordenadora de estrutura e funcionamento Maria Lina Hawthorne.

Outro documento vem ser da secretaria de Estado da Educação-SEED, onde a resolução de nº4377/14 resolve cessar, voluntaria e definitivamente as atividades escolares da escola, assinado pela superintendente da Educação Eliane Terezinha Vieira Rocha e por último, a justificativa para a cessação da instituição de ensino conforme a deliberação nº 02/10-CEE/PR, dizendo que os fatores mais relevantes foram a redução de matrículas, turmas com menos de dez alunos, a escola mais próxima era entre 3 a 5 km, ou seja, não muito longe e a definição que os alunos seriam remanejados para a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã, uma forma de garantia dos alunos continuarem estudando, assinado pelo secretário Municipal de Educação Edimir Kosak.

Nas férias do ano letivo de 2012, havia alguns rumores sobre o fechamento da escola e que em janeiro de 2013 a coordenadora Marcelaine Reguelin convocou o corpo docente para que os mesmos estivessem indo para a prefeitura, pois estava ocorrendo o boato que a escola cessaria seus trabalhos, ou seja, ela seria oficialmente fechada.

Imagem VI – Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno (Frente da escola)



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Giselle, 06/06/2017

Diante disso, a comunidade escolar foi convocada para se dirigir até a prefeitura para averiguar se isso a princípio era verdade e dialogar para que houvesse entendimento, assim ao chegarem na prefeitura já havia alguns pais e integrantes da APMF, e assim foi feita uma reunião na sala do secretário de educação que na época era o Odelio Pires de Lima sendo assim, os pais, professores e a coordenadora tentaram fazer essa discussão com ele, onde ele pudesse rever os argumentos que ele trazia no fechamento de escola, mas também não havia criado a lei da ex-presidenta Dilma Rousseff, pois a lei foi criada em 2014 e a escola foi fechada em 2012, assim eles não chegaram nem ir na comunidade fazer uma reunião para comunicar, simplesmente optaram em fechar e fecharam. A única reunião que foi feita foi essa e que isso partiu pela comunidade e pela escola e que mesmo assim não obteve nenhum êxito, ou seja, foi apenas comunicado que a escola iria fechar. A comunidade ainda tinha esperança, tentaram se organizar chamando algumas pessoas em um grupo maior e foram até a prefeitura novamente, mas não conseguiram nenhuma resposta positiva.

Percebemos os impactos que essa comunidade teve através do relato da professora Márcia Rosa Soares Pereira, foi que os moradores dos arredores da comunidade foram estudar no Município de Espigão Alto do Iguaçu, assim deixando de ser educandos do município de Quedas do Iguaçu, pelo fato de ser perto da comunidade Nova União.

Na época o prefeito e o secretário mostraram interesse em remanejar esses educandos para lá, disponibilizando ônibus e outros recursos, então muitos alunos que eram da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno foram para o município de Espigão Alto do Iguaçu, porque quando foi fechado a ideia era de que viessem para a Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã.

De uma certa forma iria fortalecer essa escola, mas isso não aconteceu, sendo assim, os educandos ficaram divididos para o município do Espigão Alto do Iguaçu e outros remanejados para a Escola Rural Municipal Roseli Nunes, pertencente ao (silo) em Quedas do Iguaçu e que de certa forma a escola é centralizada no Assentamento e tudo foi pensado de acordo com o itinerário dos ônibus.

Também apresentamos o impacto do fechamento da escola na fala de Luciane Maraskin moradora da comunidade Nova União: uma das filhas de Luciane, no ano seguinte iria estudar na escola da comunidade Nova União, sendo assim quando a escola foi fechada, sua filha em vez de ir na escola ao lado de sua casa, tinha que andar para pegar o transporte escolar e ir para a escola.

Dando outro exemplo, sua irmã que mora na mesma comunidade, tendo um impacto maior, a dificuldade do seu sobrinho em ir pegar o transporte escolar pois o mesmo sofre de bronquite e no ano que foi fechada a escola, ele tinha que levantar muito cedo para pegar o ônibus, prejudicando e agravando mais sua saúde devido ao frio, sabendo que para a comunidade essa questão da distância é um impacto muito grande para as famílias que precisariam que seus filhos estudassem perto de casa.

Eu gostava de trabalhar lá, era bem pertinho, o ônibus passava uma hora aqui em frente de casa, eu ia até a escola e cinco e dez da tarde no máximo eu já estava em casa de novo, então a proximidade era maravilhosa, e depois que a escola fechou fui transferida para a escola Janete dos Santos, andava uma hora e pouco chaqualhando naqueles ônibus, descendo moro abaixo e depois subindo moro acima, então pra

mim era difícil enquanto professora, imagine para as crianças que fica rodando pelos ônibus até chegar no destino. (PEREIRA, 2017).

Imagem VII – Crianças aprendendo de forma lúdica, com materiais construídos pelos professores, turma da professora Marcia Rosa Soares Pereira: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Marcelaine, 2012.

O MST luta para isso, formar professores do Assentamento para que os mesmos trabalhem com os educandos do Assentamento, avaliando essa questão de que os educandos podem ir a pé para a escola sem precisar de transporte, onde isso gera um conforto, tanto para os educandos quanto para os pais, pois sabem que os filhos estão perto de casa.

3.2 A estrutura da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno nos dias atuais

Para que haja emancipação humana, a ciência e a educação precisam estar ligadas para que a sociedade rompa as estruturas de classes, sendo elas uma forma de dominação com a população, assim essa ruptura traz vantagens sobre a Educação do Campo conforme nos salienta Frigotto (2010, p. 19.). Assim podemos perceber, que a união dos indivíduos na luta contra a dominação e o

descaso com a educação do campo, é importante para o bem da comunidade em manter seus direitos respeitados, mas que isso nem sempre acontece.

Observamos assim a necessidade de mobilizações coletivas e luta social, para enfrentar as ações de fechamento de escolas, pois assim não teremos tantas estruturas de escolas, sendo abandonadas pelo Município ou até mesmo pelo Estado.

Na foto a seguir mostra a antiga sala dos professores, que hoje foi transformada em depósito de livros velhos, rasgados, sujos, sem condições nenhuma de ser reutilizado, livros que talvez na época que foi fechada a escola poderiam ser doados para outras escolas.

Imagem VIII – sala dos professores: Escola Rural Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Giselle, 06/06/2017

O sentimento que se tem diante dessa imagem é de descaso total, uma maneira de questionar qual o valor que o povo do campo tem, não há nenhum tipo de cuidado com a escola e muito menos com quem vive aos arredores dela, a forma como se vê hoje a escola é abandono e dinheiro que foi investido jogado

fora, sem aproveitamento nenhum. Enquanto escolas estão sendo fechadas o número de crianças e adolescente fora dela só aumenta.

O retrato de precariedade da educação básica como direito social e subjetivo no Brasil equivale a quatro populações do Uruguai de analfabetos absolutos. O Brasil convive, em pleno século XXI, com mais de 14 milhões de analfabetos, o que equivale a 10,5% da população maior de 15 anos revelando um ensino fundamental precário e um ensino médio que atinge também precariamente, apenas metade da população de jovens que constitucionalmente deveriam tê-lo por direito. (FRIGOTTO, 2010, p. 28).

O Brasil sempre foi dependente de algum sistema, impossibilitando de que mudanças fossem feitas no campo da educação, gerando assim, no século XXI 14 milhões de jovens analfabetos, pois seus direitos foram violados, e o restante de jovens que conseguem continuar nos estudos tem um ensino precário, tanto no campo quanto na cidade.

[...] Aproximadamente 50% dos jovens têm acesso ao ensino médio e, destes, apenas a metade na idade adequada. Aproximadamente 60% dos que chegam ao ensino médio o fazem no turno noturno, em precárias condições. Desagregados por região e pela classificação urbano e rural, estes dados assumem outras dimensões de desigualdade. Nos Assentamentos da Reforma Agrária, especialmente no Norte e no Nordeste, a escolaridade oferecida não cumpre a lei da obrigatoriedade do ensino fundamental. (FRIGOTTO, 2010, p. 28).

Independente da região, a desigualdade é igual, mesmo com o capitalismo avançado a burguesia brasileira nunca investiu totalmente na educação, pois a intenção sempre foi e sempre será de atender a demanda somente para se inserir na área de trabalho, onde os mesmos não precisam de muito estudo, apenas do básico.

Na foto a seguir, podemos perceber que não há preocupação em investir em uma escola do campo, esquecem que ali mora pessoas, famílias que também possuem necessidades básicas, principalmente a educação.

Imagem VIII – sala de aula: Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno.



Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, Fonte: Giselle, 06/06/2017.

Nas salas de aulas, só restaram alguns enfeites na parede, certamente feita pelos professores que por algum motivo não foi retirado, assim eram em todas as salas, um vazio.

As crianças em suas casas, tendo que se organizar mais cedo para ir para a escola em outra comunidade, e as salas de aulas vazias em sua própria comunidade, esperando o tempo deteriorá-las cada vez mais.

Nas entrevistas feitas, a tristeza da escola ter fechado era grande, ninguém queria que a escola fosse fechada, pois cada um sabendo da importância de uma escola perto de casa era muito forte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em Escola do Campo, é imaginar algo diferente, inovador, que transmita uma forma de ensinar voltada para a realidade de cada comunidade, assim como a Educação do Campo que traz essa forma de compreender os sujeitos que vive no campo.

A Educação do Campo compreende a educação como processo de formação humana, valorizando o conhecimento dos sujeitos relacionando aos conhecimentos científicos, na perspectiva de qualificar as relações humanas e sociais, nos conceitos da construção de cada indivíduo.

A partir de Caldart (2012, p.259) foi possível perceber que os movimentos sociais camponeses dão origem e protagonizam a Educação do Campo, portanto, nos ajuda a compreender sua essência, projetando mudanças para além dela mesma.

A Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno, como todas as escolas municipais do Assentamento se iniciou devido a organização das comunidades, no início de forma precária, mas construída pela força de vontade dos próprios moradores, tendo em vista a necessidade de educação.

Através dos relatos, percebe-se que a comunidade era muito ativa e atuante na escola, portanto, o interesse dessa escola estar em funcionamento era grande, e que mesmo com poucos alunos, era possível obter resultados excelentes em relação a educação. Uma escola bem organizada, com uma equipe de profissionais aptos em atuar como educadores, demanda suficiente para que a escola funcionasse, foi fechada e abandonada pelo município.

Portanto, conclui que a concepção de Escola do Campo como desenvolvimento de uma educação voltada para o bem dos indivíduos do campo, e pela formação humana, luta por terra e principalmente por educação, ou seja, uma concepção que surge das contradições da luta social, pensando na escola como identidade, do povo do e no campo.

Um dos fundamentos legais para impedir que escolas do campo fechem, é preciso estar a par de toda a constituição que protege as escolas do campo, por tanto a legislação educacional junto com os trabalhadores (as) do campo acumulam documentos que regem e asseguram esse direito pela educação.

Os prejuízos diante dessa comunidade foram muitos, para os alunos quanto para os pais, pois os mesmos perdem a identidade de se ter uma educação de qualidade e voltada para o campo. O afastamento das famílias da comunidade cada vez aumenta, pois, sem a escola funcionando as famílias da comunidade não se reúnem como antes para alguma comemoração e assim, o não convívio vai se tornando maior, sendo que de uma forma ou de outra a escola ajudava muito nessa questão das famílias se reunir na comunidade.

O transporte escolar também se tornou um dos prejuízos, em dias de chuva os ônibus não fazem a linha escolar, devido as estradas que são intransitáveis nesses dias e que os alunos gastam mais tempo, tanto para esperar o ônibus chegar quanto para trazê-los de volta as suas casas, e a questão do tempo que se perde dentro dos ônibus transitando, coisa de duas horas no mínimo todos os dias, assim tornando cansativo e desanimando os alunos.

É possível rever a abertura dessa escola, sabendo que há demanda suficiente para que a escola volte a funcionar e que hoje existe a lei nº 12.960 que não permite que a escola feche sem uma manifestação da própria comunidade e que garante o direito da escola estar funcionando, pensando nessa possibilidade de reabertura da escola sem perder as esperanças, e fazer valer esse direito, e que a comunidade só precisa se organizar e se unir para que isso ocorra, talvez numa próxima administração municipal, pois a estrutura da escola está lá, e a necessidade de se ter uma escola perto de casa da comunidade também.

6. ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

**Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: C.H.S. instrumento
para realização do trabalho de conclusão de curso**

Intitulado: O fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes

Acadêmica: Giselle Maria dos Santos

Identificação do participante:

Nome:

Atuação:

1> Como era a organização do acampamento após a ocupação na fazenda Araupel? Quem eram as famílias? De onde vinham? De onde vinham os recursos para o setor de alimentação, com o intuito de atender tantas famílias?

2> Como surgiu a necessidade de construir escolas no acampamento? Que tipo de estruturas foram construídas? Quem as construiu? Quais critérios foram usados para a escolha dos professores? Esses mesmos professores recebiam alguma ajuda de custo?

3> Havia alguma contribuição do Município para as Escolas Itinerantes? (Financeira, materiais pedagógicos, ou alguma assistência).

4> Como foi o processo de transição de acampamento para assentamento? Para você, quais foram as principais mudanças?

5> Como foi o processo para a construção do Assentamento Celso Furtado? Fizeram reuniões? Quem participava? Fizeram algum registro das decisões tomadas?

6> Como foi dividido as famílias? (Brigadas, comunidades ou de qual forma).

7> Como os assentados se organizaram em suas comunidades em relação as escolas?

- 8> Após quanto tempo ainda as escolas foram itinerantes? E como foi o processo de transição para o município?
- 9> Quantas escolas haviam no Assentamento? Quais eram essas escolas? Quantas foram fechadas? E quais motivos específicos para que isso ocorresse?
- 10> Para você, qual a importância do Assentamento?
- 11> Quais as dificuldades ainda hoje enfrentadas pelos assentados?

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: C.H.S. instrumento
para realização do trabalho de conclusão de curso
Intitulado: O fechamento da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes
Acadêmica: Giselle Maria dos Santos

Identificação do participante:

Nome:

Atuação:

- 1> Como foi o processo de construção da escola?
- 2> Como foi encaminhado e discutido para você contribuir com a escola?
- 3> Como foi a experiência de trabalhar nessa escola?
- 4> Havia educandos suficientes nessa escola?
- 5> A comunidade era ativa em relação a escola?
- 6> Como era a organização da escola?
- 7> Como era a organização da horta da escola?
- 8> A comunidade se organizou para que a escola não fechasse?
- 9> Como a comunidade reagiu diante do fechamento da escola?
- 10> Quais os impactos e consequências do fechamento da escola?
- 11> O que foi feito com a estrutura após o fechamento da escola?

12> Como está a estrutura da escola nos dias de hoje?

RESOLUÇÃO Nº 4377/14

A SUPERINTENDENTE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, NO USO das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 01/13, de 02 de janeiro de 2013 e Resolução nº 03/13, de 08 de janeiro de 2013, considerando: a LDB nº 9394/96, as Deliberações nº 03/98, 03/06, 02/10, todas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

- ART. 1º CESSAR, voluntária e definitivamente, as atividades escolares da ESCOLA RURAL MUNICIPAL CLEUSA LOPES BUENO – ENSINO FUNDAMENTAL, situada na Comunidade Nova União, Assentamento Celso Furtado, do Município de QUEDAS DO IGUAÇU, NRE de Laranjeiras do Sul, mantida pela Prefeitura Municipal, com a oferta do Ensino Fundamental (anos iniciais/séries iniciais).**
- § 1º** As atividades citadas no caput do artigo encerraram-se em 31/12/2012, motivadas pela redução considerável no número de matrículas.
- § 2º** A Resolução nº 1998/10, de 13/05/2010 autorizou o funcionamento da instituição de ensino citada no caput do artigo 1º, com a oferta do Ensino Fundamental (séries iniciais), ficando revogada a partir de 01/01/2013 e extinta a referida instituição.
- § 3º** Em decorrência do disposto no caput do artigo, fica revogada a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), a partir de 01/01/2013, concedida à referida instituição de ensino pela Resolução nº 882/11, de 03/03/2011, que continua em vigor para as demais instituições de ensino contidas na mesma.
- § 4º** O restabelecimento das atividades cessadas fica condicionado a credenciamento para a oferta da Educação Básica, autorização para funcionamento dos ensinos pretendidos e a novo relatório pormenorizado preceituado na legislação vigente.



**JUSTIFICATIVA PARA CESSAÇÃO DEFINITIVA DA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO CONFORME A DELIBERAÇÃO Nº 02/10 – CEE/PR**

A Cessação da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno – EIEF, cuja mantenedora é a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu – PR, ocorreu devido a vários fatores, podemos elencá-los da seguinte forma:

- Redução considerável no número de matrículas para o ano letivo de 2013.
- As turmas eram formadas com quantidade inferior a 10 alunos.
- O município mudou a rota do transporte escolar, propiciando aos alunos que estudavam na Escola Cleusa Lopes Bueno - EIEF, o deslocamento até a Escola mais próxima, o que equivale entre 3 a 5 km.
- A partir do momento que foi decido pela Cessação Definitiva da Instituição, ficou definido que os alunos da Escola Rural Municipal Cleusa Lopes Bueno – EIEF, serão atendidos na Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã – EIEF, localizada dentro do próprio Assentamento Celso Furtado, a uma distância considerada favorável ao deslocamento dos Alunos.

EDMIR KOZAK
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Quedas do Iguaçu, 08 de março de 2013.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, Carolini. CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In: __. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.p. 333 a 339.

BREITENBACH, FABIANE VANESSA. "A Educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos." **Revista Espaço Acadêmico**. Número 121, jun/2011. Páginas 116-123.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: __. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.257-265.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Caldart, R.S. Educação do Campo. In: __. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.257-265.

CORDEIRO, Gabriele Balbi de Figueiredo e. **Reorganização espacial da oferta escolar: o fechamento de escolas rurais no estado do rio de janeiro**, 2013.

Do Paraná, **Diretrizes Curriculares do Estado**, et al. "Educação do Campo." SEED (2006).

FERREIRA, Fabiano de Jesus. BRANDÃO, Elias Canuto. Fechamento de escolas do campo no Brasil e o transporte escolar entre 1990 e 2010: na contramão da educação do campo. **Imagens da Educação**, v. 7, n. 2, p. 76-86, 2017. p. 78).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17°. ed. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Projeto societário contra hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, p. 19-46, 2010.

MARRAFON, Andrea Margarete de Almeida. **O processo de nucleamento e fechamento das escolas rurais na região de São João da Boa Vista (SP)** / Dissertação – Mestrado em Educação. Universidade federal de São Carlos. São Carlos/SP, 2016.

MONTEIRO, Gilmar. **Acampamento Dez de Maio: A Luta Pelo Direito a Educação. Universidade Federal do Paraná.** Trabalho final de conclusão do curso de Especialização em Educação do campo. Matinhos, 2014.

Molina, M. C. Legislação Educacional do Campo. In: __. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.257-265.

Molina, M.C. Sá, L. M. Escola do Campo. In: __. CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.257-265.

PASTORIO, Eduardo. **Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS**, Programa de Pós-graduação em Geografia/Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria/RS, 2015.

REGUELIN, Marcelaine. EVERTON, Marcos Batistela. **Educação do Campo: a transição de escola itinerante para municipal no assentamento celso furtado**- trabalho de conclusão de curso-Pedagogia Visivali, 2009.

SCHMITZ, MICHELI TASSIANA. **Análise histórica do fechamento das escolas localizadas no campo nos municípios que compõem o Núcleo Regional de Educação de Dois Vizinhos: o caso das escolas da Comunidade Canoas- município do cruzeiro do Iguaçu-1980-2014.** Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Campus de Francisco Beltrão, 2015.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil.** Expressão Popular, São Paulo, 1997.

SOUZA. Emerson Bellini Lefcadito de. **Os Movimentos sociais e a educação do/no campo: a ausência de políticas e as condições históricas que fizeram emergir a luta pela terra.** Sifedoc Regional/2006 - Eixo 6: Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação). Disponível em:
<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Emerson%20Bellini%20Lefcadito%20de%20Souza.pdf>

SILVA, Edilma José da. Terra, território e educação: o fechamento das escolas no campo na mesorregião do sertão de alagoas. **Sociedade e Território**. Natal, Vol. 27. Edição Especial I - XXII ENGA, set/2015. Página 111 a 125.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil**. Expressão Popular, São Paulo, 1997.

VENDRAMINI, CÉLIA REGINA. "Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo." Cad. Cedes, Campinas ,2007: 121-135.

ZINET, Caio. **Nos últimos 11anos, 277 escolas Rurais foram fechadas no Brasil**. 2015. Link: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/nos-ultimos-11-anos-277-escolas-rurais-foram-fechadas-por-mes-brasil>, acesso em 11/09/2017.